

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR – ANS
COORDENADORIA DE INQUÉRITOS – COINQ/SEGER/DICOL
INQUÉRITO ADMINISTRATIVO Nº 33902.208651/2014-45
ADMÉDICO – ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇO MÉDICO À EMPRESA
LTDA
CNPJ Nº 42.780.759/0001-84

RELATÓRIO DE CONCLUSÃO

I - DO HISTÓRICO DO INQUÉRITO ADMINISTRATIVO.

Cuida-se de inquérito administrativo instaurado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, para apurar as causas que levaram à situação de insolvência a ex-operadora **ADMÉDICO – ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇO MÉDICO À EMPRESA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 42.780.759/0001-84 e registrada na ANS sob o nº 38.400-3, cancelado em 10 de março de 2014. Outrossim, verificar-se-á a responsabilidade daqueles que administraram a ex-operadora nos últimos cinco anos que antecederam à Liquidação Extrajudicial, a qual ocorreu por intermédio da Resolução Operacional – RO nº 1.630, de 27 de fevereiro de 2014, publicada no Diário Oficial da União – DOU, em 10 de março de 2014 (fl. 6). Fundamentam-se tais análises no artigo 24-D da Lei nº 9.656, de 03 de junho de 1998, combinado com o artigo 43 da Lei 6.024, de 13 de março de 1974, e a Resolução Normativa nº 276, de 04 de novembro de 2011.

O presente inquérito administrativo foi instaurado em resposta ao Despacho nº 11/2014/COINQ/GEADC/SEGER/DICOL/ANS, de 13 de março de 2014 (fl. 2), em atendimento ao procedimento adotado pela Resolução Normativa nº 276/2011, bem como pela Instrução de Serviço nº 1/2011 da SEGER.

Efetuados os trâmites iniciais para abertura dos trabalhos, o inquérito administrativo foi instruído com cópia de documentos extraídos dos processos administrativos de Direção Fiscal (33902.217148/2008-32 e 33902.086342/2012-46), da Liquidação Extrajudicial (33902.193219/2014-42) e de Indisponibilidade de Bens (33902.212955/2008-69, 33902.068177/2012-41 e 33902.192998/2014-69), bem como do processo judicial falimentar de nº 0509164-95.2015.8.13.0024, em trâmite perante a 2ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, além de informações encaminhadas da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais – JUCEMG (fls. 09 a 51) e da Liquidante Extrajudicial (fl. 76).

Através da Nota nº 27/2014/COINQ/SEGER/DICOL/ANS (fls. 54 a 56) foi elaborado o quadro societário da ex-operadora durante os 05 (cinco) anos que antecederam a decretação da sua liquidação extrajudicial.

Com base no documento supracitado, tentou-se notificar, acerca da existência deste inquérito administrativo, via correspondência postal, a senhora Cássia Horta Vasconcelos (CPF nº 924.799.366-00), à fl. 57; a senhora Clarissa Horta Vieira (CPF nº

507.838.586-04), à fl. 58; e o senhor Lucílio Oscar Dias Vieira (CPF nº 001.286.946-53), à fl. 59. Os respectivos Avisos de Recebimento retornaram positivos (fls. 60 a 62, respectivamente). Contudo, não houve qualquer manifestação dos ex-administradores em comento quando informados da abertura deste inquérito administrativo.

Ato contínuo, os autos foram encaminhados para elaboração de Relatório Preliminar, em 17 de março de 2016 (fls. 2989 a 3002), o qual apurou a existência de Passivo a Descoberto estimado, na data da Liquidação Extrajudicial em R\$ 11.991.124,41 (onze milhões, quinhentos e oitenta mil, quatrocentos e cinquenta e sete reais e noventa centavos), sendo atualizado e apresentado na Petição Inicial do processo falimentar, em 22 de janeiro de 2015, no montante de R\$ 14.580.457,90 (quatorze mil, quinhentos e oitenta mil, quatrocentos e cinquenta e sete reais e noventa centavos).

Na oportunidade, verificou a atuação do Sr. José Henrique Ribeiro de Mello (CPF nº 256.186.956-34) como administrador de fato da ex-operadora. Assim sendo, foi-lhe enviada notificação, via correspondência postal, da instauração do presente inquérito administrativo (fl. 3003), contudo restou infrutífera, tendo em vista que o Aviso de Recebimento – AR retornou negativo (fl. 3008). Destarte, o ex-administrador de fato em comento foi intimado através do Edital de Intimação nº 7/2016, publicado no Diário Oficial da União – DOU, nº65, de 6 de abril de 2016 (fl. 3010). Não obstante, não trouxe qualquer manifestação aos autos.

Considerando o Relatório Preliminar, foram enviadas intimações, para alegações finais, via correspondência postal, para os ex-administradores Lucílio Oscar Dias Vieira (fl. 3004), Cássia Horta Vasconcelos (fl. 3005) e Clarissa Horta Viera (fl. 3006). Os Avisos de Recebimento – AR retornaram positivos (fls. 3007 e 3009), a exceção do referente ao Sr. Lucílio Oscar Dias Vieira, que retornou negativo (fl. 3011). Em virtude disso, o Sr. Lucílio Oscar Dias Vieira foi intimado para apresentar suas alegações finais pelo Edital de Intimação nº 8/2016, publicado no Diário Oficial da União – DOU, nº 78, de 26 de abril de 2016 (fl. 3012) e o Sr. José Henrique Ribeiro de Melo¹, através do Edital nº 9/2016, publicado no Diário Oficial da União – DOU, nº 89, de 11 de maio de

¹ Cumpre informar que as respectivas notificações para o ex-administrador de fato ocorreram sem a informação de seu CPF, embora conste do Relatório Preliminar (fl. 2991).

2016 (fl. 3013). Todavia, até a data deste Relatório Final não foram apresentadas as respectivas alegações finais.

Destarte, tendo sido concluídas todas as etapas do nosso procedimento administrativo, os autos me vieram conclusos para confecção do Relatório de Conclusão do caso.

II - DO HISTÓRICO DA EX-OPERADORA.

A ADMÉDICO – ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇO MÉDICO À EMPRESA LTDA, ora ex-operadora, foi constituída em 09 de setembro de 1992, com sede à Rua Grão Mogol, nº 99, sala 101, Carmo, Belo Horizonte, Minas Gerais.

Forçoso, inicialmente, destacar que, através da Nota nº 24/2008/GEAOP/GGAME/DIOPE/ANS, datado de 24 de março de 2008 (fls. 1491 a 1493), recomendou-se a instauração do Regime Especial de Direção Fiscal na ex-operadora, em virtude de:

- (i) estar irregular com o envio do Documento de Informações Periódicas das Operadoras de Planos de Assistência à Saúde – DIOPS e com o envio de Pareceres de Auditoria Independente, assinados por auditor registrado na CVM, impossibilitando a identificação de sua situação de liquidez e solvência financeira de forma fundamentada, além de obstruir o monitoramento da atividade por parte da ANS;
- (ii) não ter enviado o arquivo de movimentação para cadastro de usuários referente ao mês de janeiro de 2008;
- (iii) apresentar, considerando o último DIOPS enviado pela ex-operadora, referente ao 4º trimestre de 2005, Patrimônio Líquido Negativo de aproximadamente R\$ 1.412.000,00 (hum milhão, quatrocentos e doze mil reais), resultando em um Capital Circulante Negativo na ordem de R\$ 1.482.000,00 (hum milhão, quatrocentos e oitenta e dois mil), colocando em risco a continuidade do atendimento de seus usuários; e
- (iv) apresentar insuficiência de Ativos Garantidores em relação à provisão de risco exigida, em frontal violação à Resolução Normativa – RN nº 159/2007.

Encaminhados os autos à Procuradoria Federal junto à ANS, a qual emitiu o Parecer nº 558/2008/GECOS/PROGE, de 17 de junho de 2008 (fls. 1494 a 1495), no qual opinou pela instauração do regime especial de Direção Fiscal.

Destarte, o Voto nº 240/2008/DIOPE/ANS, de 29 de setembro de 2008 (fls. 1496 a 1501), deliberou pela instauração do regime em comento e indicou para função de Diretor Fiscal o senhor Rafael Ribeiro Alves. O referido voto foi aprovado à unanimidade nos termos do Extrato de Ata da 199ª Reunião da Diretoria Colegiada – DC Ordinária, realizada em 7 de novembro de 2008 (fl. 1502).

Assim sendo, o Regime de Direção Fiscal foi instaurado através da Resolução Operacional – RO nº 564, de 26 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União – DOU, nº 231, de 27 de novembro de 2008 (fl. 1503). Na mesma publicação, foi nomeado, através da Portaria nº 2832 o senhor Rafael Ribeiro Alves para a função de Diretor Fiscal (fl. 1504).

Nos termos do Relatório Preliminar, protocolizado na ANS em 12 de dezembro de 2008 (fls. 1505 a 1506), o Diretor Fiscal relatou que compareceu à sede da ex-operadora e na presença da ex-administradora Clarissa Babl² foi empossado, lavrando o termo de posse (fl. 1507). Ressaltou que foi informado que a contabilidade era terceirizada e encontrava-se bastante atrasada. O último balanço auditado referia-se ao exercício findo em 2006 que apresentava um Passivo a Descoberto de aproximadamente R\$ 3.000.000,00 (três milhões reais). Neste relatório dos auditores, consignou-se também falhas de controles internos, descumprimento das normas da ANS e alerta sobre necessidades de mudanças radicais na ex-operadora para evitar interferência da ANS.

No Relatório Final do Diretor Fiscal, datado de 29 de abril de 2009 (fls. 1676 a 1683), o Diretor Fiscal assentou que a ex-operadora estava atendendo às informações recorrentes à ANS (DIOPS, SIP, SIB, demonstrações contábeis e parecer da auditoria), bem como pagando em dia a TSS e implantando o Plano de Contas da ANS. Relatou, outrossim, que foi recebido o Programa de Saneamento da ADMÉDICO no dia 22 de abril de 2009 e neste foram constatadas irregularidades, tais como: a não apresentação de um estudo de mercado, com parecer, demonstrando com a ex-operadora passaria

² Atualmente, a ex-administradora chama-se Clarissa Horta Vieira.

gradativamente do faturamento de R\$ 1 milhão para R\$ 2,7 milhões no final do plano de 18 meses; não foi apresentado qualquer aporte imediato de recursos financeiros; não foi projetada no Plano a Provisão para perda de créditos; dentre outras.

Ademais, a situação econômico-financeira da ADMÉDICO era péssima, tendo em vista que para um Ativo da ordem de R\$ 937.423,00 (novecentos e trinta e sete mil quatrocentos e vinte e três reais) apresentava um Passivo de R\$ 5.852.504,00 (cinco milhões, oitocentos e cinquenta e dois mil quinhentos e quatro reais). Diante deste quadro, opinou o Diretor Fiscal por solicitar à ANS o pedido de alienação da carteira da ex-operadora e posterior liquidação extrajudicial.

No Relatório Mensal, de 30 de abril de 2009 (fls. 1696 a 1697), chegou-se a conclusão de que o Plano de Recuperação apresentado em 22 de abril de 2009 não poderia ser aceito em virtude da grande defasagem entre o Ativo Circulante e o Passivo Circulante da ordem de R\$ 3,5 milhões. Ademais, o Plano não contemplou nenhum valor como aporte de capital imediato.

Assim sendo, a Nota nº 51/2009/GEREM/GGHRE/DIOPE/ANS, datada de 21 de maio de 2009 (fls. 1684 a 1690), recomendou a alienação da carteira e transformação do regime de Direção Fiscal em Liquidação Extrajudicial, visto que foi constatada inviabilidade de recuperação da ex-operadora, conforme dispõe o art. 24 da Lei nº 9.656/1998.

Remetidos os autos para a Procuradoria Federal junto à ANS, esta emitiu o Parecer nº 1327/2009/PROGE/GECOS, datado de 05 de outubro de 2009 (fls. 1691 a 1695), que, após fazer alguns apontamentos sobre o Relatório Final do Diretor Fiscal (fls. 1676 e 1683) e a Nota do Setor Técnico (fls. 1684 a 1690), salientando a necessidade de melhor especificação sobre o que seria suficiente para a decretação da liquidação extrajudicial, inclusive motivando a não-aprovação do Programa de Saneamento apresentado pela ex-operadora. Uma vez regularizada a situação, não haveria óbice jurídico para alienação de carteira e posterior Liquidação Extrajudicial.

Em razão disso, foi emitida a Nota nº 113/2009/GGRE/DIOPE/ANS, de 14 de dezembro de 2009 (fls. 1759 a 1766), que consignou que a ex-operadora não cumpria o disposto no art. 8º da Resolução Normativa – RN nº 160/2007, encontrando-se em situação irregular quanto à margem de solvência, bem como o art. 3º do referido diploma normativo, tenho em vista a não apresentação do Patrimônio Mínimo Ajustado

– PMA. Assentou que o projeto de recuperação apresentado apresentava projeções idênticas ao projeto apresentado anteriormente, não acrescentando fatos novos.

Na oportunidade, foi consignado que a situação econômico-financeira da ADMÉDICO estava mais grave, se comparada com o balancete saneado em março de 2009, que serviu de base para o programa de saneamento. Este, por sua vez, contemplava basicamente o aumento do número de beneficiários e consequentemente o faturamento, bem como o aporte de um imóvel no valor de R\$ 2,1 milhões.

Outrossim, a Nota em comento relatou que Diretor Fiscal rejeitou o programa de saneamento, sendo um dos motivos a não apresentação de um estudo de mercado com parecer demonstrando como aumentariam seu faturamento, o que foi objeto de questionamento pela Procuradoria Federal junto à ANS. Ocorre que não foi demonstrado se a ex-operadora possuía condição para tanto.

Quanto ao imóvel, projetado como aporte, embora ajudasse a recompor, não seria o suficiente para atingir o Patrimônio Mínimo Ajustado, visto que a deficiência da ex-operadora estava no montante de R\$ 4,5 milhões. Ademais, em nada auxiliaria a resolver o principal problema da ADMÉDICO, qual seja o pagamento de dívidas de curto prazo, visto que bens imóveis não possuem liquidez para pagamento dívidas.

Salientou-se, por fim, que a ex-operadora apresentou novo Plano de Recuperação, em 4 de dezembro de 2009 (fls. 1712 a 1735), o qual estava em análise. Recomendou-se, portanto, a instauração de novo regime de Direção Fiscal.

Neste diapasão, deu-se o Voto nº 569/2009/DIOPE/ANS, de 29 de dezembro de 2009 (fls. 1775 a 1777), o qual indicou para o cargo de Diretor Fiscal o Sr. José Augusto Monteiro Neto e foi aprovado à unanimidade, nos termos do Extrato de Ata da 243ª Reunião de Diretoria Colegiada – DC Ordinária, realizada em 13 de janeiro de 2010 (fl. 421).

Através da Resolução Operacional nº 762, de 2 de fevereiro de 2010 (fl. 1779), foi instaurado o 2º Regime Especial de Direção Fiscal na ADMÉDICO – ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇO MÉDICO À EMPRESA LTDA, a qual foi publicada no Diário Oficial da União – DOU, nº 23, de 3 de fevereiro de 2010 (fls. 1780

a 1781). No mesmo periódico, foi publicada a Portaria nº 3.480, que nomeou o Diretor Fiscal (fl. 1782).

Em seu Relatório Inicial, datado de 09 de fevereiro de 2010 (fls. 1783 a 1784), o Diretor Fiscal informou que compareceu à sede da ex-operadora no dia 05 de fevereiro de 2010, tendo sido recepcionado pela ex-administradora Clarissa Horta Vieira, quando foi assinado o termo de posse (fl. 1785). Assentou que não houve mudança na administração da ex-operadora, a qual contava com 55 (cinquenta e cinco) funcionários registrados. Ressaltou que a ADMÉDICO apresentava uma carteira com 11 mil beneficiários aproximadamente e a venda dos planos eram realizadas por corretores externos. Além disso, consignou que os registros contábeis estavam atualizados até o fim do exercício financeiro de 2009, sendo que o balanço do respectivo ano ainda estava em elaboração/auditoria. Todavia, com base nestes registros, observou que o patrimônio líquido negativo girava em torno de R\$ 4.615.237,00 (quatro milhões seiscentos e quinze mil duzentos e trinta e sete reais).

No Segundo Relatório do Diretor Fiscal, 17 de março de 2010 (fls. 1789 a 1794), foi assentado que:

- (i) A ex-operadora figurava em 78 (setenta e oito) processos judicial, sendo que na maioria dos casos no polo passivo;
- (ii) A ex-operadora teve um acréscimo no número de beneficiários de janeiro de 2010, quando contava com 11.033 (onze mil e trinta e três), para o mês de fevereiro do respectivo ano, quando detinha 11.194 (onze mil cento e noventa e quatro) beneficiários;
- (iii) A ADMÉDICO contava com 49 (quarenta e nove) funcionários e uma estagiária, sendo que destes quatro exerciam funções gerenciais (gerente de relacionamento, gerente de pós-atendimento e CPD, gerente administrativo-financeiro e gerente de Recursos Humanos);
- (iv) A elaboração dos registros contábeis, tais como escrituração dos livros Diário e Razão, levantamento periódico das demonstrações contábeis, bem como apresentação dos relatórios e pareceres dos auditores independentes estavam atualizados até 31 de dezembro de 2009;
- (v) O Patrimônio Líquido estava negativo na ordem de R\$ 4.461.142,95 (quatro milhões, quatrocentos e sessenta e um mil cento e quarenta e dois

reais e noventa e cinco centavos). Neste diapasão, observou-se que a ADMÉDICO sempre apresentou deficiências em liquidez e capitalização. Restou evidente a necessidade do ingresso de recurso em volume relevante, aproximadamente R\$ 5,5 milhões, a título de aumento de capital;

- (vi) A R&R Auditoria e Consultoria, a qual mantinha contrato com a ex-operadora, relativamente à posição de 31 de dezembro de 2009, apenas emitiu um relatório (fls. 1822 a 1833), no qual aduzia a deficiência de controles internos na ex-operadora;
- (vii) A ex-administradora Clarissa Horta Vieira apresentou um documento (fl. 1837) solicitando prorrogação do prazo para apresentação de novo Programa de Saneamento. Na oportunidade, declarou-se que o equilíbrio financeiro da ex-operadora será obtido com aporte de recursos de sócios – que dependia de levantamento de indisponibilidade de bens pela ANS –, e obtenção de empréstimos bancários a admissão de novos sócios. Todavia, tal documento carecia de medidas efetivas para recuperação da empresa, e não contempla compromisso de interessados em aportar recursos na mesma.

Ato contínuo, o Terceiro Relatório do Diretor Fiscal – Análise de Programa de Saneamento, de 19 de abril de 2010, avaliou que: (i) o Programa de Saneamento apresentado (fls. 1891 a 1913) contemplava o enquadramento da ex-operadora às normas da ANS em prazo relativamente curto, por aumento de seu capital social em dinheiro e por incorporação de imóveis; (ii) a ex-operadora apresentou crescimento operacional com melhoria em sua situação financeira no ano anterior; (iii) a última mudança nas normas contábeis estava exigindo mudanças nos sistemas informatizados específicos, aumentando a carga de trabalho dos funcionários da ex-operadora; (iv) a preparação dos documentos de imóveis (certidões e laudos de avaliações) para incorporação de capital é importante e demandava tempo superior a trinta dias; (v) a utilização de bens indisponíveis, em decorrência do regime de Direção Fiscal, para capitalização tem rito específico e demanda tempo; e (vi) a ex-operadora não apresentou todos os documentos necessários à análise da proposta. Assim sendo, o Diretor Fiscal

sugeriu a liberação dos recursos financeiros e dos bens imóveis dos ex-administradores exclusivamente para aporte ao patrimônio da empresa por aumento de capital social, bem como a concessão de prazo para que a ex-operadora concluísse a entrega da documentação necessária para a completa avaliação do programa de saneamento.

No Quarto Relatório do Diretor Fiscal – Análise do Programa de Saneamento, de 02 de junho de 2010 (fls. 1947 a 1949), informou que os documentos apresentados foram elaborados com técnicas e detalhamento que permitiam análise adequada e acompanhamento ao longo do período necessário. Aduziu que a partir de junho de 2010, a ex-operadora se manteria enquadrada e com crescimento constante. Por isso, sugeriu fosse o Programa de Saneamento aprovado pela ANS.

Em prosseguimento, o Quinto Relatório do Diretor Fiscal, datado de 25 de junho de 2010 (fls. 1995 a 2001), ressaltou o aumento do número de beneficiários da ex-operadora nos meses anteriores, demonstrando crescimento. Informou-se, também, que em 10 de maio de 2010, foi registrada a Décima Alteração Contratual da ex-operadora (fls. 2040 a 2043), em que foram mantidas as mesmas sócias com a mesma participação societária. Salientou-se que as demonstrações contábeis e os fluxos financeiros nos três meses anteriores, a ex-operadora vinha cumprindo os compromissos estabelecidos no Programa de Saneamento, a exceção das providências que dependiam de autorização para liberação dos bens bloqueados.

Em seu Sexto Relatório, de 10 de agosto de 2010 (fls. 2046 a 2052), o Diretor Fiscal informou que em 09 de agosto de 2010 foi elaborada a Décima Primeira Alteração Contratual (fls. 2087 a 2091), que estava em processo de autorização junto à ANS, pois, tratava de incorporação de valores bloqueados em função do regime de direção fiscal, bem como de alteração no controle societário, em que se admitiu como novos sócios a Fruticultura HSA LTDA³ e o senhor Lucílio Oscar Dias Vieira, o qual passou a exercer administração da sociedade junto com as ex-administradoras Clarissa Horta Vieira e Cássia Horta Vasconcelos.

No Relatório Final do Diretor Fiscal, datado de 06 de dezembro de 2010 (fls. 2163 a 2169), foi observado que a ex-operadora apresentou um novo Programa de Saneamento contemplando o período de novembro a dezembro de 2010, ratificando o plano de saneamento apresentado anteriormente. Salientou o Diretor Fiscal que a

³ A Fruticultura HSA LTDA era administrada pelo sócio Lucílio Oscar Dias Vieira.

ADMÉDICO deveria gerar lucros a partir de janeiro de 2011 e estaria enquadrada nas normas pertinentes a partir de março de 2011. Na ocasião, a ex-operadora já apresentava situação financeira bastante confortável e capital circulante líquido positivo.

A Nota nº 68/2011/GEDIF/GGRE/DIOPE/ANS, de 20 de junho de 2011 (fls. 2312 a 2318), promoveu uma análise da Direção Fiscal, destacando que a ADMÉDICO comunicou (fls. 2309 a 2311), que apresentou um Termo de Compromisso de Confidencialidade, celebrado com a operadora Vitallis Saúde, considerando a viabilidade de celebração de acordo comercial. Aprioristicamente, a transferência de controle societário não interferiria no desfecho do processo de Direção Fiscal. Todavia, a ADMÉDICO encaminhou proposta de alienação voluntária de carteira para a operadora Vitallis Saúde. A alienação foi indeferida, tendo em vista que a adquirente estava em plano de recuperação.

Salientou, outrossim, que, em que pese o interesse dos sócios na recuperação da ex-operadora, considerando vultuosos aportes de capital, além de propostas e medidas tomadas, a ex-operadora não alcançou o cumprimento da regulação. Por fim, analisou o programa de saneamento apresentado, concluindo que não demonstrava capacidade de reverter as anormalidades econômico-financeiras. Tendo isso em vista, recomendou a alienação da carteira de beneficiários e posterior liquidação extrajudicial.

Em razão disso, o Voto nº 544/2011/DIOPE/ANS, datado de 03 de novembro de 2011 (fls. 2320 a 2324), deliberou pela alienação de carteira da ADMÉDICO, o que foi aprovado à unanimidade conforme Extrato de Ata da 316ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada em 21 de novembro de 2011 (fl. 2325).

Nos termos da Resolução Operacional – RO nº 1147, de 23 de janeiro de 2012 (fl.2327), foi instaurado o terceiro Regime de Direção Fiscal na ex-operadora para acompanhamento da alienação da carteira, que foi determinada conforme Resolução Operacional – RO nº 1148, de 23 de janeiro de 2012 (fl.2328). Ademais, conforme a Portaria nº 4762, de 23 de janeiro de 2012 (fl. 2329), foi nomeado para o função de Diretor Fiscal o Sr. Adão Martins Pereira. Os respectivos atos administrativos foram publicados no Diário Oficial da União – DOU, nº 18, de 28 de janeiro de 2012 (fls. 2330 e 2331).



Com isso, no Relatório de Acompanhamento e Posse (jan/12), de 27 de janeiro de 2012 (fls. 2364 a 2366), o Diretor Fiscal relatou sua posse, conforme termo (fl. 2367). A ex-operadora apresentou balancete de novembro de 2011, no qual constava passivo de R\$ 4.461.000,00 (quatro milhões, quatrocentos e sessenta e um mil reais). Informou, na ocasião, que o DIOPS do 3º trimestre de 2011 estava em atraso.

No 1º Relatório Preliminar da 3ª Direção Fiscal (26 jan a 25 fev 2012), de 26 de fevereiro de 2012 (fls. 2369 a 2371), salientou que a ADMÉDICO não adotou qualquer medida efetiva com vistas à alienação de sua carteira, inclusive sendo alertada para riscos de sua inação, principalmente quanto à inobservância de prazos. A ex-operadora limitou-se a apresentar esboços de Fluxos de Caixa contendo falhas primárias. Insta salientar os impasses enfrentados pelos sócios, como o de estarem impedidos de capitalizar a ex-operadora em razão do bloqueio de suas contas bancárias imposto pela ANS, ou, no caso específico do Sr. Lucílio Vieira, sem condições de capitalizar a empresa via financiamento, tendo em vista impedimentos decorrentes de sua inclusão no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – CADIN, o que torna inalienável imóvel de sua propriedade e objeto de garantia da operação.

Cumprе observar que a ADMÉDICO contava com 11.980 (onze mil novecentos e oitenta) beneficiários em fevereiro de 2012 (fls. 2376 a 2377). Assim sendo, o Voto nº 341/2012/DIOPE/ANS, de 24 de abril de 2012 (fls. 2379 a 2381), deliberou pela aprovação dos termos da minuta de edital de convocação à praça para oferta pública das referências operacionais e do cadastro de beneficiários da ex-operadora (fl. 2378); pela determinação da suspensão de comercialização de planos e produtos da ex-operadora; bem como posterior retorno à Diretoria Colegiada para decidir acerca da decretação da liquidação extrajudicial.

No 2º Relatório Preliminar da 3ª Direção Fiscal (26 fev. a 25 mar. 2012), datado de 6 de abril de 2012 (fls. 2382 a 2385), foi consignado que a ADMÉDICO enviou o DIOPS do 4º trimestre de 2011 e mantinha regular o SIB, SIP e recolhimento da TSS. Não foram entregues pela ex-operadora o rol de ações judiciais e o rol de todos os imóveis. Ademais, não foram apresentadas demonstrações financeiras elaboradas pelos auditores independentes e respectivo parecer, relativos ao exercício de 2011.

Acerca da alienação da carteira, a ex-operadora apresentou carta firmada pela SAMP Minas Assistência Médica, na qual manifestou interesse. Contudo, a eventual

cessionário não manifestou intenção firme e valiosa, nem sequer preferência quanto à eventual concretização da transação. Além disso, há que se considerar que o signatário da citada correspondência, Sr. José F. Rossi, é pai do consultor jurídico da ex-operadora, Felipe Rossi, mantendo, portanto, relacionamento indireto com a ADMÉDICO.

A ex-operadora solicitou prorrogação do prazo para alienação da carteira por um período de 30 (trinta dias), no dia 8 de março de 2012 (fls. 2387 a 2388), o que foi deferido conforme Extrato de Ata da 332ª Reunião Ordinária de Diretoria Colegiada, realizada em 9 de maio de 2012 (fl. 2384) e disposto na Resolução Operacional – RO nº 1.216, de 22 de maio de 2012 (fl. 2391), o que foi publicado no Diário Oficial da União – DOU nº 99, de 23 de maio de 2012 (fl. 2392).

No Relatório de Acompanhamento (25 abr a 31 maio 2012), de 05 de junho de 2012 (fls. 2398 a 2400), o Diretor Fiscal ressaltou o atraso na contabilidade, ante a paralisação em dezembro de 2011. O contador José de Salles Andrade Filho atribuiu isso à falta de suporte. Inobstante ao referido atraso, a ex-operadora enviou DIOPS do 1º trimestre de 2012. Suscitou, outrossim, que, apesar de ter obtido prorrogação do prazo para alienação da carteira, a ex-operadora manteve-se inerte quanto às providências cabíveis.

Assim sendo, o Relatório de Acompanhamento (jun 2012), de 1º de julho de 2012 (fl. 2413 a 2416), ressaltou que a ex-operadora não disponibilizou as informações relativas à movimentação na carteira. A ADMÉDICO apresentou balancete de março de 2012, porém exame preliminar revelou ser tal demonstrativo imprestável à análise, ante a sua falta de confiabilidade. Em 24 de junho de 2012, a senhora Clarissa Vieira enviou e-mail, informando que o senhor Jorge Henrique Ribeiro de Mello não estaria mais à frente na gestão da ADMÉDICO. Ao reassumir de fato a gestão dos negócios, a ex-administradora estava enfrentando dificuldades em se reinteirar da real situação da ex-operadora em razão de desconhecer medidas que se encontravam em andamento.

No Relatório de Acompanhamento (ago 12), datado de 03 de setembro de 2012 (fls. 2425 a 2427), suscitou-se omissão da ex-operadora quanto a não manifestação formal dos auditores independentes acerca das distorções verificadas no balancete de

março de 2012 e não apresentação do rol das dívidas ajuizadas com posição atualizada. Ademais, surgiram outras inconsistências, como uma distorção de R\$1,5 milhão de reais.

Como restou frustrada a alienação de carteira de beneficiários e com base o Voto nº 905/2012/DIOPE/ANS (fls. 2429 a 2430) e aprovado conforme Extrato de Ata da 356ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada em 7 de novembro de 2012 (fl. 2433), foi concedida portabilidade especial aos beneficiários da ADMÉDICO, nos termos da Resolução Operacional – RO nº 1.329, de 14 de novembro de 2012, publicado no Diário Oficial da União – DOU, nº 222, de 19 de novembro de 2012 (fls. 2431 a 2432).

Com base no Relatório de Acompanhamento (dez 2012), de 5 de janeiro de 2013 (fls. 2443 a 2445), observou-se que a ex-operadora não estava comprovando de modo adequado a remessa das informações periódicas à ANS.

O Relatório Consolidado (Acompanhamento e Encerramento), de 23 janeiro de 2013 (fls. 2457 a 2463) noticiou, além de fatos já relatados anteriormente, que as sócias Clarissa Horta Vieira e Leyla Horta Vieira relataram irregularidades que teriam sido praticadas pelo ex-administrador José Henrique Ribeiro de Melo. A sócia e administradora Clarissa revelou desconforto quanto à indefinição da situação da ex-operadora, no período de pós Direção Fiscal e pré-Liquidação Extrajudicial, visto que o prolongamento das atividades da operadora agravaria ainda mais o passivo. Informou-se, ainda, a inclusão do Sr. José Henrique como administrador.

Concluiu-se, portanto, que a operadora não conseguiu reverter as anormalidades que levaram à Direção Fiscal, tendo sido agravadas pelos maus resultados ao longo de 2012 e por ajustes nas contas, não adotou as medidas necessárias à alienação da carteira de beneficiários, sofreu instabilidade com o afastamento do ex-administrador e a reassunção da sócia Clarissa Vieira, apresentou instabilidade gerencial com delegação informal de funções a terceiros, que teve como consequência afastamento e instauração de inquérito policial por irregularidades praticadas, perda de confiabilidade de seus controles e fragilidade na condução das funções confiadas à contabilidade, aos auditores e à assessoria jurídica.

A Nota nº 20/2014/CODIF/GEDIF/GGRE/DIOPE/ANS, de 28 de janeiro de 2014 (fls. 2504 a 2511), ressaltou que a ex-operadora encontrava-se irregular em relação

ao envio do DIOPS. Todavia, em relação ao último enviado (referente ao 2º trimestre de 2013), a ex-operadora não atingia a exigência da Resolução Normativa nº 209/2009, necessitando de R\$ 12,2 milhões para atingir o nível de recursos próprios mínimos exigido pela ANS e o Capital Circulante Líquido estava negativo em R\$ 11 milhões, demonstrando falta de liquidez. Considerando que restou evidenciada a inviabilidade da reversão do quadro de anormalidades econômico-financeiras graves na ex-operadora e que esta não alcançou o objetivo de saneamento, recomendou-se a decretação do regime de Liquidação Extrajudicial na ex-operadora. Neste diapasão, deu-se o Voto nº 35/2014/DIOPE/ANS, de 5 de fevereiro de 2014 (fl. 2514), o qual foi aprovado à unanimidade nos termos do Extrato de Ata da 395ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada em 19 de fevereiro de 2014 (fl. 2515).

Assim sendo, foi instaurado o regime de Liquidação Extrajudicial na ex-operadora, conforme Resolução Operacional – RO nº 1.630, de 27 de fevereiro de 2014 (fl. 2514), publicado no Diário Oficial da União – DOU, nº 46, de 10 de março de 2014 (fl. 2513). Na oportunidade, foi designada a função de Liquidante Extrajudicial ao Sr. Ivelton Gonçalves Costa, nos termos da Portaria nº 6.159, de 27 de fevereiro de 2014 (fl. 2516).

O Liquidante Extrajudicial trouxe o Termo de Investidura, assinado na data de 10 de março de 2014 (fls. 2615 a 2616), no qual constava que ele compareceu à sede da ADMÉDICO, a qual se encontrava fechada, mas com indício de movimentação esporádica. Ao entrar em contato com representantes de um estacionamento ao lado da sede da ex-operadora, bem como um vendedor ambulante, foi informado que a mesma encontrava-se fechada há aproximadamente dois meses, mas que eventualmente pessoas iam lá. Em seguida, foi feito contato com o contador José de Sales Andrade Filho (fls. 2617 a 2618), o qual agendou com a ex-administradora Clarissa para o Liquidante Extrajudicial tomar posse.


Em sequência, foi verificado, nos termos do Relatório Inicial referente a Posse, de 24 de março de 2014 (fls. 2624 a 2626), que: não havia recursos financeiros (dinheiros e cheque) na sede da operadora; ainda existiam beneficiários, que não conseguiram migrar para outra operadora; além da existência de mobiliários diversos de todos os tipos na sede da ex-operadora.

Através da Nota nº 57/2014/COLIQ/GGRE/DIOPE, de 15 de abril de 2014 (fls. 2630 a 2631), entendeu-se conveniente a substituição do Liquidante Extrajudicial, o que foi deliberado no Voto nº 095/2014/DIOPE/ANS, de 25 de abril de 2014 (fl. 2632).

No Relatório do Trigésimo Dia da Decretação, datado de 19 de abril de 2014 (fls. 2633 a 2636), o Liquidante Extrajudicial aduziu que, de acordo com os movimentos contábeis de 2012, foram encontrados documentos de transferências bancárias da conta da ex-operadora para a conta particular da ex-administradora Clarissa Horta Viera, no montante de R\$ 508.141,97 (quinhentos e oito mil cento e quarenta e um reais e noventa e sete centavos). Salientou que nos referidos documentos apenas constava dados da transferência e extrato bancário, entretanto nenhum dos documentos que justificavam a transferências. Ressaltou que os vultuosos valores e feitos mais de uma vez no mês, descaracterizando retirada *pro labore*, que era no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais) e também não foi para pagamento de despesas da ADMÉDICO, ante a falta de documentação comprobatória. Na análise, o Liquidante informou ter descartado o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), pois poderia ser adiantamento de retirada *pro labore*. Ademais, foram encontrados diversos pagamentos de impostos para outras empresas pertencentes aos sócios da ADMÉDICO, tais como a Fruticultura HSA, a Floricultura Contamed e Hospitais Reunidos. O valor apurado nos exercícios de 2012/2013 estava R\$62.418,50.

Assim sendo, no Relatório Preliminar, datado de 19 de abril de 2014 (fls. 2637 a 2642), o ex-administrador concluiu que, diante das informações emitidas pelos órgãos competentes e contabilidade em 31 de dezembro de 2013, não restava dúvidas que os dados eram suficientes para indicativo de requerimento de falência, uma vez que o valor do passivo tendia a aumentar em razão do número de processos judiciais perante o Tribunal de Justiça de Minas Gerais e dívidas perante a ANS.

No Relatório Conclusivo do Liquidante, datado de 07 de maio de 2014 (fls. 2645 a 2649), suscitou ausência de documentos e informações. Todavia, o Liquidante Extrajudicial solicitou autorização para a distribuição do requerimento de falência, ante a existência de Patrimônio Líquido Negativo estimado em R\$ 11.991.124,41 (onze milhões, novecentos e noventa e um mil cento e vinte e quatro reais e quarenta e um centavos).



No entanto, conforme Extrato de Ata da 398ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada em 14 de maio de 2014 (fl. 2660) aprovou o Voto nº 095/2014/DIOPE/ANS (fl. 2632). Em razão disto, a Portaria nº 6.284, de 19 de maio de 2014 (fls. 2661), publicado no DOU, nº 95, de 21 de maio de 2014 (fl. 2662), exonerou o Sr. Ivelton Gonçalves Costa e nomeou o Sr. José Augusto Monteiro Neto para a função de Liquidante Extrajudicial.

Em seu Relatório de Posse, datado de 26 de maio de 2014 (fls. 2663 a 2664), o Liquidante Extrajudicial aduziu ter comparecido à sede da ex-operadora, onde foi assinado o Termo de Posse (fl. 2665). Afirmou que apesar de alguns móveis e computadores encontrados, o local não possuía condições de funcionamento e apresentava estar fechado há algum tempo. O contador afirmou que a contabilidade estava atualizada até 31 de dezembro de 2013.

Ressalta-se que, conforme informado no Relatório Preliminar (Primeiro) do Liquidante, datado de 06 de junho de 2014 (fls. 2667 a 2670), foram identificados: dois veículos em bom estado e com impedimento judicial para transferência, os quais permaneceram na detenção da Sr.^a Clarissa Horta Vieira como fiel depositária; móveis e equipamentos de escritório em condições inadequadas de conservação; e quatro imóveis (sede da ex-operadora e três apartamentos de moradia dos ex-administradores) que foram incorporados ao patrimônio da ex-operadora pelos valores dos respectivos laudos de avaliação, para elevação do capital social conforme a 11ª Alteração do Contrato Social devidamente registrada na JUCEMG. Todavia, as necessárias transferências nos cartórios de registros de imóveis não haviam sido efetuadas. O Liquidante ressaltou que ficou demonstrada a falta de diversos Livros Diários e documentos de contabilidade⁴, o que ensejou o envio de correspondências a todos os ex-administradores, exigindo esclarecimentos e providências.

Em prosseguimento, no Relatório Complementar ao Relatório Conclusivo do Liquidante, confeccionado em 31 de junho de 2014 (fls. 2734 a 2736 e 3015),

⁴ Conforme, os Termos de Arrecadação de Bens, datados de 10 de março de 2014 (fls. 2707 e 2708) e 21 de maio de 2015 (fls. 2709 e 2710), não foram encontrados na sede da ex-operadora os seguintes documentos: Livros Diário dos anos 1993 a agosto/2000, outubro/2000 a dezembro/2005 e janeiro/2007 a 28/02/2014; bem como Balancetes de novembro/2002 a dezembro/2005 e de janeiro/2007 a fevereiro/2014; Livros Razão de janeiro/ 2014, janeiro a março/2000, agosto a dezembro/2002, janeiro/2003 a dezembro/2005 e janeiro/2007 a fevereiro/2014.

confirmou a atuação do Sr. José Henrique Ribeiro de Mello como administrador de fato. Fato este que foi informado à ANS para efeito de indisponibilidade de bens. Conforme levantamento feito em 31 de julho de 2014, a ex-operadora figurava mais de duzentos processos ativos na Justiça Estadual, Justiça do Trabalho e Justiça Federal. Na oportunidade, citou-se que a 11ª alteração do contrato social, datada de 09 de agosto de 2010 e registrada na JUCEMG em 28 de outubro de 2010, os sócios entregaram quatro imóveis avaliados em R\$ 4.465.000,00 (quatro milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil reais) e integralizaram R\$ 523.294,00 (quinhentos e vinte e três mil duzentos e noventa e quatro reais) em dinheiro. Todavia, não providenciaram a regularização dessas transferências de imóveis junto ao Cartório de Registro de Imóveis competente e não aportaram efetivamente os recursos financeiros declarados. Deste modo, cometeram atos danosos a seus credores. Por fim, aduziu o Liquidante que os ativos da ex-operadora era insuficientes para liquidar 50% (cinquenta por cento) de seus compromissos passivos, enquadrando-se na situação de falência do art. 23, §1, I, da lei nº 9.656/98. Solicitou, portanto, autorização para distribuição do requerimento de falência.

Destarte, na Nota nº 130/2014/COLIQ/GGRE/DIOPE/ANS, datada de 25 de agosto de 2014 (fls. 2746 a 2751), salientou-se que o Patrimônio Líquido da ex-operadora encontrava-se negativo no montante de R\$ 13.556.501,52 (treze milhões quinhentos e cinquenta e seis mil quinhentos e um reais e cinquenta e dois centavos). Insta observar que, ainda se houvesse o aporte dos imóveis supracitados e integralização do dinheiro, não descaracterizaria seu estado falimentar. Por fim, apurou-se a existência dos requisitos legais balizadores da concessão de autorização para requerer a falência da ADMÉDICO – ADMINISTRAÇÃO DE SERVICOS MÉDICOS À EMPRESA LTDA, o que foi corroborado através do Despacho nº 804/20148/DIOPE/ANS, de 01 de setembro de 2014 (fls. 2752). A autorização foi dada por meio do Ofício 11.384/2014/GGRE(COLIQ)/DIOPE/ANS, de 24 de setembro de 2014 (fls. 2790).

No Ofício nº Admedliq 064/2014, de 19 de dezembro de 2014 (fls. 2836 a 2839), encaminhado ao Ministério Público Federal, o Liquidante Extrajudicial salientou irregularidades constatadas no procedimento liquidatório da ADMÉDICO, tais como:

- (i) Ausência de arrecadação de documentação contábil obrigatória explicitando, para tanto, que livros e documentos contábeis não foram encontrados na sede da ex-operadora, mormente, os referentes aos anos

de 2013 e do período de janeiro a março de 2014. Verificou, ainda, que mesmo mediante solicitação, os ex-administradores mantiveram-se inertes, fato inadmissível, uma vez que criou óbice à apuração das causas da falência e dificulta a constatação de fatos delituosos de maior gravidade;

- (ii) Desvios de bens em virtude da ausência de aporte dos valores em dinheiro, no montante de R\$ 523.294,00 (quinhentos e vinte e três mil duzentos e noventa e quatro reais), dados como integralizados conforme a 11ª alteração do contrato social em 09 de agosto de 2010;
- (iii) Falta de regularização das transferências dos imóveis dados como aumento de capital. Citou-se que quatro imóveis (sede da ex-operadora e três apartamentos de moradia de ex-administradores) foram incorporados ao patrimônio da ADMÉDICO pelos valores dos respectivos laudos de avaliação para elevação do capital social, conforme a 11ª alteração do contrato social registrada na JUCEMG. Não obstante, as necessárias transferências nos cartórios de registros de imóveis não foram efetuadas;
- (iv) Transferências de recursos da ex-operadora para a sócia Clarissa Horta Vieira, tendo em vista que, pela análise dos extratos bancários da ADMÉDICO constatou-se que no período de fevereiro/2013 a dezembro/2013, foram realizadas diversas transferências bancárias indevidas no numerário de R\$ 508.141,97 (quinhentos e oito mil cento e quarenta e um reais e noventa e sete centavos) para conta corrente da referida ex-administradora. Questionada, a Sr.ª Clarissa limitou-se a informar que se tratava de recursos destinados a ressarcimentos que lhe eram devidos, sem apresentar qualquer documentação que comprovasse a legalidade das transferências.

Em virtude disso, o Liquidante sugeriu possível incidência dos crimes previstos nos artigos 1º e 2º da Lei 8.137/90 e artigos 168, 173 e 178 da Lei nº 11.101/05.

A petição inicial da ação falimentar (fls. 2847 a 2889) foi distribuída no dia 26 de janeiro de 2015 para a 2ª Vara Empresarial da Comarca de Belo Horizonte do

Tribunal de Justiça de Minas Gerais, sob o número 0509164-95.2015.8.13.0024. Em seu bojo, ressaltou que, de acordo com o Balanço Patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2014, o Patrimônio Líquido Negativo estava na ordem de R\$14.580.457,90 (quatorze milhões, quinhentos e oitenta mil quatrocentos e cinquenta e sete reais e noventa centavos).

O M.M. Juízo da 2ª Vara Empresarial do Tribunal de Justiça de Minas Gerais proferiu r. sentença, em 15 de maio de 2015 e publicada em 21 de maio de 2015 (fls. 2919 a 2921), na qual decretou falência da ADMÉDICO – ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS À EMPRESA LTDA e indicou como administrador judicial o Sr. Dídimo Inocêncio de Paula.

No Informativo Gerencial do Liquidante – Final – Maio/2015, datado de 20 de maio de 2015 (fls. 2922 a 2925), consignou-se que, em 12 de maio de 2015, constatou-se arrombamento e princípio de incêndio no imóvel da sede da ex-operadora. Na ocasião, foi encontrado um preposto da sócia e ex-administradora Sr.ª Clarissa Horta Vieira – que alegou ter sido contratado para fazer limpeza no local -, dentro do imóvel retirando objetos e documentos. O fato em comento foi comunicado às autoridades policiais e foi lavrado Boletim de Ocorrência CIAD/P-2015-11716332 (fls. 2930 a 2933).

Este é o breve relato.

III - DA EVOLUÇÃO DO QUADRO SOCIETÁRIO DA EX-OPERADORA E DAS FUNÇÕES EXERCIDAS PELOS SÓCIOS DENTRO DA MESMA.

Nos termos do artigo 24-D, da Lei n.º 9.656/98 combinado com artigo 43, da Lei n.º 6.024/74, o relatório final da Coordenadoria de Inquéritos deve relacionar as pessoas que administraram a ADMÉDICO – ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇO MÉDICO À EMPRESA LTDA nos últimos cinco anos que antecederam sua liquidação extrajudicial, a qual ocorreu através da Resolução Operacional – RO nº 1.630, de 27 de fevereiro de 2014, publicada no Diário Oficial da União – DOU, em 10 de março de 2014 (fl. 6), razão pela qual devemos analisar todas as alterações societárias ocorridas a partir de fevereiro de 2009, bem como o contrato social vigente naquele momento.

Em relação a este tópico, é desnecessária qualquer outra análise, eis que todas as informações estão contidas na 27/2014/COINQ/SEGER/DICOL/ANS (fls. 54 a 56).

Cumpre, todavia, ressaltar que foi identificado ex-administrador de fato através do Relatório Preliminar (fls. 2989 a 3002).

IV - DAS CAUSAS DE INSOLVÊNCIA E DOS INDÍCIOS DE IRREGULARIDADE DA EX-OPERADORA.

A análise dos documentos que instruem este inquérito administrativo aponta, de forma inequívoca, para um quadro de má-administração, tendo em vista que a prática de gestão omissa e desorganizada, e com possíveis distorções nos controles internos, que contribuiu sobremaneira para a subsistência dos problemas financeiros, além de práticas fraudulentas dos ex-administradores durante os regimes de Direção Fiscal e Liquidação Extrajudicial, fatos estes determinantes para a insolvência da ADMÉDICO – ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇO MÉDICO À EMPRESA LTDA. Exemplificando-se:

- a) A ex-operadora apresentava anormalidades administrativas graves, tais como: (i) a deficiência de controles internos, o que pode ser exemplificado através do Relatório Consolidado (Acompanhamento e Encerramento) (fls. 2457 a 2463), que suscitou que a ex-operadora apresentou instabilidade gerencial com delegação informal de funções a terceiros – tendo em vista que fora gerida por administrador de fato – Sr. José Henrique Ribeiro de Mello -, que teve como consequência afastamento e instauração de inquérito policial por irregularidades praticadas, perda de confiabilidade de seus controles e fragilidade na condução das funções confiadas à contabilidade, aos auditores e à assessoria jurídica; e (ii) ausência de envio de informações periódicas à ANS, pois segundo Nota nº 20/2014/CODIF/GEDIF/GGRE/DIOPE/ANS (fls. 2504 a 2511), a ex-operadora encontrava-se irregular em relação ao envio do DIOPS;
- b) Anormalidades econômico-financeiras, tais como: insuficiência de Ativos Garantidores, contabilidade atrasada e ineficiente, o que pode ser confirmado no Relatório de Acompanhamento de fls. 2398 a 2400; precariedade e a inconsistência na documentação contábil, que obstruíram até mesmo a

fiscalização; não pagamento da rede credenciada, funcionários e fornecedores; atraso no pagamento de tributos; além da existência de Passivo a Descoberto, que girava em torno de R\$14.580.457,90 (quatorze milhões, quinhentos e oitenta mil quatrocentos e cinquenta e sete reais e noventa centavos), conforme petição inicial da ação falimentar da ex-operadora;

- c) Não houve a apresentação de documentos e livros contábeis obrigatórios, conforme consta do Relatório Preliminar (Primeiro) do Liquidante (fls. 2667 a 2670), o que foi corroborado pelo Ofício nº Admedliq 064/2014 (fls. 2836 a 2839), no qual o Liquidante Extrajudicial apontou ausência dos documentos e livros de 2013 a março de 2014. Suscitou, ainda, que instados a apresentarem, os ex-administradores mantiveram-se omissos;
- d) Os programas de saneamento apresentados pela ex-operadora careciam de medidas efetivas. Cita-se que, nos termos da Nota nº 113/2009/GGRE/DIOPE/ANS (fls. 1759 a 1766), faltava, no Plano de Saneamento, a apresentação de estudo de mercado com parecer demonstrando como aumentaria seu faturamento;
- e) Não atendimento das solicitações da ANS no que tange à alienação de carteira de beneficiários, conforme consta no Relatório Consolidado (Acompanhamento e Encerramento) (fls. 2457 a 2463);
- f) A suposta relação da ex-operadora com outras empresas, que tinham com ela sócios em comum, tais como Floricultura Contamed e Hospitais Reunidos, o que pode indicar confusão patrimonial. O Relatório do Trigesimo Dia da Decretação (fls. 2633 a 2636) trouxe à baila que foram identificados diversos pagamentos de impostos para outras empresas pertencentes aos sócios da ADMÉDICO, tais como a Fruticultura HSA (que era também sócia da ex-operadora), a Floricultura Contamed e Hospitais Reunidos, no montante de R\$ 62.418,50 (sessenta e dois mil quatrocentos e dezoito reais e cinquenta centavos) durante os exercícios de 2012 e 2013;
- g) Indícios de operação financeira ocorrido entre a ex-operadora e uma administradora, situação vedada pelo art. 21 da lei nº 9.656/98. Consigna-se que no Relatório do Trigesimo Dia da Decretação (fls. 2633 a 2636), o Liquidante Extrajudicial aduziu que, de acordo com os movimentos

contábeis de 2012, foram encontrados documentos de transferências bancárias da conta da ex-operadora para a conta particular da ex-administradora Clarissa Horta Viera, no montante de R\$ 508.141,97 (quinhentos e oito mil cento e quarenta e um reais e noventa e sete centavos), sem nenhuma justificativa documentada. Tal fato foi repisado pelo Liquidante Extrajudicial no Ofício nº Admedliq 064/2014 (fls. 2836 a 2839);

- h) Desvios de bens em virtude da ausência de aporte dos valores em dinheiro, no montante de R\$ 523.294,00 (quinhentos e vinte e três mil duzentos e noventa e quatro reais), dados como integralizados conforme a 11ª alteração do contrato social em 09 de agosto de 2010, nos termos do Relatório Complementar ao Relatório Conclusivo do Liquidante (fls. 2734 a 2736 e 3015) e no Ofício nº Admedliq 064/2014 (fls. 2836 a 2839); e
- i) Falta de regularização das transferências dos imóveis dados como aumento de capital, pois quatro imóveis (sede da ex-operadora e três apartamentos de moradia de ex-administradores) foram incorporados ao patrimônio da ADMÉDICO pelos valores dos respectivos laudos de avaliação para elevação do capital social, conforme a 11ª alteração do contrato social registrada na JUCEMG, todavia, as necessárias transferências nos cartórios de registros de imóveis não foram efetuadas, nos termos do Relatório Complementar ao Relatório Conclusivo do Liquidante (fls. 2734 a 2736 e 3015) e no Ofício nº Admedliq 064/2014 (fls. 2836 a 2839).

Neste diapasão, cumpre observar que a situação contábil-financeira da ADMÉDICO – ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇO MÉDICO À EMPRESA LTDA restou prejudicada, ante a precariedade e inconsistência da documentação contábil da ex-operadora.

Reporta-se aqui ao Relatório Preliminar de fls. 2989 a 3002, mormente em seu capítulo “VI. Da Análise Econômico-Financeira” o qual concluiu que a ex-operadora estava em condições econômico-financeiras desfavoráveis nos 5 (cinco) exercícios analisados. Todos os índices estavam como valores muito aquém do ideal para uma empresa saudável e, ao longo do tempo, não houve melhoras significativas, ao revés,



demonstraram oscilações. Salienta-se que 14.580.457,90 (quatorze milhões, quinhentos e oitenta mil quatrocentos e cinquenta e sete reais e noventa centavos), conforme petição inicial da ação falimentar da ex-operadora.

Quanto aos bens e direitos da ex-operadora, cumpre reportar ao item “VIII. Relação de Bens e Direitos da ADMÉDICO – Administração de Serviços Médicos à Empresa Ltda”, do Relatório Preliminar (fls. 2998 a 2998-v).

Cediço, portanto, avaliar as condutas praticadas pela ex-operadora em análise e seus ex-administradoras que possam trazer indícios de infrações à legislação vigente, mormente em razão da Lei nº 9.656/98, que dispõe sobre planos e seguros privados de assistência à saúde.

Inicialmente, importante repisar que, segundo a Nota nº 20/2014/CODIF/GEDIF/GGRE/DIOPE/ANS (fls. 2504 a 2511), a ex-operadora encontrava-se irregular quanto ao envio do Documento de Informações Periódicas das Operadoras de Planos de Assistência à Saúde – DIOPS, fato este que, além de causar óbice à fiscalização da ANS, **afronta a literalidade do artigo 20 da Lei nº 9.656/98 c/c artigo 35 da Resolução Normativa – RN nº 124/06, in verbis:**

“Art. 20. As operadoras de produtos de que tratam o inciso I e o § 1º do art. 1º desta Lei são obrigadas a fornecer, periodicamente, à ANS todas as informações e estatísticas relativas às suas atividades, incluídas as de natureza cadastral, especialmente aquelas que permitam a identificação dos consumidores e de seus dependentes, incluindo seus nomes, inscrições no Cadastro de Pessoas Físicas dos titulares e Municípios onde residem, para fins do disposto no art. 32.”

“Art. 35. Deixar de encaminhar à ANS, no prazo estabelecido, as informações periódicas exigidas pela ANS.”

Outrossim, como vislumbrado no bojo deste inquérito, principalmente no Relatório do Trigesimo Dia da Decretação (fls. 2633 a 2636), foram constatados indícios de operações financeiras entre a ex-operadora e a Sr.^a Clarissa Horta Viera, uma vez que foram identificados depósitos, sem devida fundamentação e sem caracterizar *pro labore*, no montante de R\$ 508.141,97 (quinhentos e oito mil cento e quarenta e um reais e noventa e sete centavos) na conta corrente pessoal da ex-administradora, o que **viola o artigo 21, I, da Lei nº 9.656/98 e art. 45 da RN nº 124/06, in litteris:**



“Art. 21. É vedado às operadoras de planos privados de assistência à saúde realizar quaisquer operações financeiras:

I - com seus diretores e membros dos conselhos administrativos, consultivos, fiscais ou assemelhados, bem como com os respectivos cônjuges e parentes até o segundo grau, inclusive.”

“Art. 45. Realizar operações financeiras vedadas por lei.”

Há que se salientar também que há indícios de que a ADMÉDICO realizava operações financeiras como sociedades empresárias também administradas por seus ex-administradores, tais como a Floricultura Contamed e Hospitais Reunidos. Foi, inclusive, encontrado documentos na sede da ex-operadora que comprovavam pagamentos de impostos dessas empresas, conforme informado no Relatório do Trigesimo Dia da Decretação (fls. 2633 a 2636). Tal conduta demonstra **possível violação ao artigo 21, II, da Lei nº 9.656/98**, que se segue:

“Art. 21. É vedado às operadoras de planos privados de assistência à saúde realizar quaisquer operações financeiras:

(...)

II - com empresa de que participem as pessoas a que se refere o inciso I, desde que estas sejam, em conjunto ou isoladamente, consideradas como controladoras da empresa.”

Salienta-se, outrossim, que a ADMÉDICO não possuía ativos garantidores e patrimônio mínimo líquido em montante suficiente, para cumprir o determinado na **Resolução Normativa - RN nº 159 e 160/07, o que atualmente se encontra na RN nº 362/15**. E, por outro giro, não apresentou Plano de Saneamento, com consistência e efetividade, para correção das suas irregularidades, como determinado pelo Diretor Fiscal, violando o **artigo 8º e seguintes da Resolução Normativa - RN nº 316/12**.

Fora da esfera da Lei 9.656/98, constatamos a existência de indícios de práticas de outras irregularidades, que passamos a comentar.

Com a decretação da falência da ex-operadora, há que se inferir de suas práticas possíveis crimes tipificados na Lei 11.101, também chamados de crimes falimentares. Esclarecemos que o crime falimentar é pluriofensivo, porque há ofensa a vários bens tutelados: o patrimônio dos credores, o crédito, a fé pública, o comércio, a economia, o tratamento isonômico dos credores, a liquidação rápida e justa da massa ativa e o interesse da Administração da Justiça.



Cumpra-se observar que a contabilidade, além de ineficiente e atrasada, tal como demonstrado no Relatório de Acompanhamento de fls. 2398 a 2400, era precária e inconsistente. Além do mais, verificou-se suposta simulação no capital social. Senão vejamos. Nos termos do Relatório Complementar ao Relatório Conclusivo do Liquidante (fls. 2734 a 2736 e 3015) e no Ofício nº Admedliq 064/2014 (fls. 2836 a 2839), promoveu-se alteração societária para fazer aporte de capital em dinheiro e em bens imóveis. Só que o dinheiro não foi efetivamente integralizados e não houve a transferência regular dos imóveis para o patrimônio da ex-operadora. Isso induz a prática do **crime falimentar disposto no art. 168, caput e §1º da lei nº11.101/05, in verbis:**

“Art. 168. Praticar, antes ou depois da sentença que decretar a falência, conceder a recuperação judicial ou homologar a recuperação extrajudicial, ato fraudulento de que resulte ou possa resultar prejuízo aos credores, com o fim de obter ou assegurar vantagem indevida para si ou para outrem.

Pena – reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa.

Aumento da pena

§ 1º A pena aumenta-se de 1/6 (um sexto) a 1/3 (um terço), se o agente:

I – elabora escrituração contábil ou balanço com dados inexatos;

II – omite, na escrituração contábil ou no balanço, lançamento que deles deveria constar, ou altera escrituração ou balanço verdadeiros;

III – destrói, apaga ou corrompe dados contábeis ou negociais armazenados em computador ou sistema informatizado;

IV – simula a composição do capital social;

V – destrói, oculta ou inutiliza, total ou parcialmente, os documentos de escrituração contábil obrigatórios.”

Ademais, a supracitada não aporte de capitais e não transferência de imóveis ditos como integralizados na 11ª Alteração Contratual da ex-operadora, faz supor a **prática da conduta tipificada no artigo 173 da lei 11.101/2005, in litteris:**

“Art. 173. Apropriar-se, desviar ou ocultar bens pertencentes ao devedor sob recuperação judicial ou à massa falida, inclusive por meio da aquisição por interposta pessoa:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.”

Como consignado no Relatório Preliminar (Primeiro) do Liquidante (fls. 2667 a 2670) e no Ofício nº Admedliq 064/2014 (fls. 2836 a 2839), não foram encontrados os documentos e livros obrigatórios do ano de 2003 e do período relativo de janeiro a 10 de março de 2014. Suscitou o Liquidante que, mesmo instados, os ex-administradores mantiveram-se inertes quanto à entrega dos documentos, dificultando a fiscalização. Sendo assim, houve **expressa violação ao artigo 178 da Lei 11.101/2005**, que consagra:

*“Art. 178. Deixar de elaborar, escriturar ou autenticar, antes ou depois da sentença que decretar a falência, conceder a recuperação judicial ou homologar o plano de recuperação extrajudicial, os documentos de escrituração contábil obrigatórios:
Pena – detenção, de 1 (um) a 2 (dois) anos, e multa, se o fato não constitui crime mais grave”.*

Neste sentido, pela ausência dos documentos contábeis obrigatórios, bem como pela declaração falsa acerca dos bens da ex-operadora, conforme salientou o Liquidante Extrajudicial no Ofício nº Admedliq 064/2014 (fls. 2836 a 2839), houve indícios de crimes contra a ordem tributária, em especial os tipificados nos **artigos 1º, I e II e 2º, I, da lei 8.137/90**, os quais dispõem que:

“Art. 1º Constitui crime contra a ordem tributária suprimir ou reduzir tributo, ou contribuição social e qualquer acessório, mediante as seguintes condutas:

I - omitir informação, ou prestar declaração falsa às autoridades fazendárias;

II - fraudar a fiscalização tributária, inserindo elementos inexatos, ou omitindo operação de qualquer natureza, em documento ou livro exigido pela lei fiscal.”

“Art. 2º Constitui crime da mesma natureza:

I - fazer declaração falsa ou omitir declaração sobre rendas, bens ou fatos, ou empregar outra fraude, para eximir-se, total ou parcialmente, de pagamento de tributo.”

Em razão disso, deve este relatório ser encaminhado tanto ao Ministério Público de Minas Gerais em Belo Horizonte para que, caso entendam necessário, abram as devidas investigações para apuração da (in)existência das referidas infrações penais, de acordo com sua competência.

Enfim, estes foram os indícios de irregularidades apurados durante o desenvolvimento dos trabalhos. Insta ressaltar que não temos ciência se todos estes fatos foram ou não motivo de representação anterior junto ao Ministério Público.

V - DAS RESPONSABILIDADES DOS EX-ADMINISTRADORES.

Inicialmente, urge um estudo pormenorizado da previsão quanto à responsabilidade dos ex-administradores, prevista nos artigos 24-A, § 6º e 26 da Lei 9.656/98.

Estabelece o art. 24-A, *in litteris*:

“Os administradores das operadoras de planos privados de assistência à saúde em regime de direção fiscal ou liquidação extrajudicial, independentemente da natureza jurídica da operadora, ficarão com todos os seus bens indisponíveis, não podendo, por qualquer forma, direta ou indireta, aliená-los ou onerá-los, até apuração e liquidação final de suas responsabilidades.”

(...)^{6º}. Os administradores de operadoras de planos privados de assistência à saúde respondem solidariamente pelas obrigações por eles assumidas durante sua gestão até o montante dos prejuízos causados, independentemente do nexo de causalidade.” (grifo nosso)

Este dispositivo normatiza a responsabilidade civil objetiva dos administradores das operadoras de planos de saúde pelas obrigações assumidas durante as suas gestões.

Nota-se que é objetiva, visto que independe de dolo ou culpa para se configurar, uma vez que respondem pelos prejuízos das obrigações que assumiram. Muito embora a lei fale em “*independente de nexo de causalidade*”, parece que o melhor entendimento se refere à independência de culpa (do Direito Civil: ato ilícito), visto que, caso houvesse uma interpretação literal, concluir-se-ia que se trata de responsabilidade pelo risco integral, o que seria ainda mais gravoso para os agentes.

Já a referência legal a “administradores” tem o fulcro de responsabilizar objetivamente, tão somente, aquelas pessoas eleitas pela assembléia geral da sociedade, ou estipulada no contrato social, para ocuparem lugar de direção (*resctius*: são os diretores, membros do conselho de administração e os administradores, antigos sócios-gerentes).

Sendo a responsabilidade solidária, por força de lei, significa dizer que cada administrador é coobrigado pelas dívidas contraídas pela sociedade, tenham ou não participado pessoalmente do negócio que deu causa à obrigação. Essa responsabilidade, entretanto, não diz respeito a todo o passivo, mas sim a apenas àquele apurado durante a sua gestão.

De mais a mais, essa responsabilidade é de natureza subsidiária, uma vez que, pelas obrigações assumidas responde, primeiramente, a própria sociedade devedora com o seu patrimônio. Na insuficiência deste, portanto, é que se deve recorrer ao patrimônio particular dos administradores, “*até que se cumpram*” as obrigações assumidas, como diz o dispositivo legal.



Assim, respondem pela regra do §6º, do art. 24-A da Lei nº 9.656/98, os administradores atuais e os que estiveram no exercício de suas funções nos 12 meses anteriores ao ato de decretação da liquidação extrajudicial ou de direção fiscal, assim como os administradores antigos (aqueles que estiveram nos exercício de suas funções nos anos anteriores aos 12 meses que antecederam a data de decretação da Liquidação Extrajudicial/Direção Fiscal) pelas obrigações assumidas durante suas gestões e no limite dos prejuízos atribuídos a cada um, até que a obrigação se prescreva.

Essa modalidade de responsabilidade civil é disciplinada pelo art. 26, da Lei 9656/98, nos seguintes termos:

“Os administradores e membros dos conselhos administrativos, deliberativos, consultivos, fiscais e assemelhados das operadoras de que trata a Lei respondem solidariamente pelos prejuízos causados a terceiros, inclusive aos acionistas, cotistas, cooperados e consumidores de planos privados de assistência à saúde, conforme o caso, em consequência do descumprimento de leis, normas e instruções referentes às operadoras previstas na legislação e, em especial, pela falta de constituição e cobertura das garantias obrigatórias.”.

O referido dispositivo tem que ser analisado para fins de interpretação e aplicação juntamente com o art. 39⁵ da Lei 6024/74, que regula semelhante matéria no mercado financeiro e, que, inclusive, se aplica subsidiariamente, conforme citado, de maneira que todas as ilações alvitadas acerca desta última norma devem ser consideradas na interpretação e aplicação do citado art. 26. Assim, depreende-se que eles respondem pela prática de ato ilícito civil.

É imperioso destacarmos que a ADMÉDICO – ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS À EMPRESA LTDA teve sua liquidação extrajudicial decretada através da Resolução Operacional – RO nº 1.630, de 27 de fevereiro de 2014, publicada no Diário Oficial da União – DOU, em 10 de março de 2014 (fl. 6), razão pela qual este inquérito administrativo verificará a responsabilidade de todos os ex-administradores da empresa desde março de 2009, isto é, daqueles que administravam a ex-operadora durante os cinco anos que antecederam à decretação da liquidação extrajudicial.

⁵ Art. 39 Os administradores e membros do Conselho Fiscal de instituições financeiras responderão, qualquer tempo salvo prescrição extintiva, pelos que tiverem praticado ou omissões em que houverem incorrido.

Destarte, tendo em vista o quadro societário da ex-operadora e com base no marco supracitado, devemos analisar a responsabilidade das pessoas abaixo qualificadas. Ressalte-se que esta, durante os 05 (cinco) anos que antecederam a decretação da sua liquidação extrajudicial, possuiu os seguintes ex-administradores:

NOME	Função	Período
CASSIA HORTA VASCONCELOS CPF: 924.799.366	Sócia- administradora	De 01/08/2002 até a liquidação
CLARISSA HORTA VIEIRA CPF: 507.838.586-04	Sócia- administradora	De 01/08/2002 até a liquidação
LUCÍLIO OSCAR DIAS VIEIRA CPF: 001.286.946-53	Sócio- administrador	De 09/08/2010 até a liquidação
JOSÉ HENRIQUE RIBEIRO DE MELLO CPF: 256.186.956-34	Administrador de Fato	Desconhecida a data do início de sua gestão. Porém, foi informada sua retirada da ex-operadora em 24/06/2016 através do e-mail enviado pela Sr. ^a Clarissa Horta Viera, como consta do Relatório de Acompanhamento, de 1º de julho de 2012 (fls. 2413 a 2416)

Pois bem, de acordo com os documentos societários da ex-operadora, objetos de análise da Nota nº 27/2014/COINQ/SEGER/DICOL/ANS (fls. 54 a 56), couberam formalmente às pessoas supracitadas a administração da ADMÉDICO – ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS À EMPRESA LTDA, nos cinco anos que antecederam sua liquidação extrajudicial.

Cumprе informar que, com base nas informações constantes no Relatório Preliminar de fls. 2989 a 3002, por meio dos processos de indisponibilidade de bens nº 33902.212955/2008-69, 33902.068177/2012-41 e 33902.192998/2014-69. Remete-se ao quadro de bens dos ex-administradores colacionado à fl. 3001.

Desta forma, creditamos aos senhores Cássia Horta Vasconcelos, Clarissa Horta Vieira, Lucílio Oscar Dias Ferreira e José Henrique Ribeiro de Mello a responsabilidade pela administração da ADMÉDICO – ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇO MÉDICO À EMPRESA LTDA.



VI - DAS CONCLUSÕES E PROPOSIÇÕES.

Desta forma, levando-se em consideração o conteúdo deste relatório, bem como o anteriormente mencionado Relatório Preliminar de fls. 2989 a 3002, alcançamos as seguintes conclusões:

- a) Que a ex-operadora, na data do Balanço apresentado em 31 de dezembro de 2014, apresentava Patrimônio Líquido Negativo de R\$14.580.457,90 (quatorze milhões, quinhentos e oitenta mil quatrocentos e cinquenta e sete reais e noventa centavos), conforme petição inicial da ação falimentar da ex-operadora), conforme consta da peça exordial da ação falimentar;
- b) Que a principal causa para a instauração do Regime da Liquidação Extrajudicial na ex-operadora foi má-administração, tendo em vista que a prática de gestão omissa e desorganizada, e com possíveis distorções nos controles internos, que contribuiu sobremaneira para a subsistência dos problemas financeiros, além de práticas fraudulentas dos ex-administradores durante os regimes de Direção Fiscal e Liquidação Extrajudicial;
- c) Que as infrações cometidas pelos ex-administradores violaram as seguintes Leis e Resoluções Normativas:
 - Artigo 20 da Lei nº 9.656/98 c/c artigo 35 da RN 124/06, em razão do não envio periódico do DIOPS e do SIP, conforme indicado na Nota nº 20/2014/CODIF/GEDIF/GGRE/DIOPE/ANS (fls. 2504 a 2511);
 - Artigo 21, I da Lei nº 9.656/98, em virtude dos indícios de operações financeiras entre a ex-operadora e a ex-administradora, Sr.^a Clarissa Horta Vieira, conforme indicado no Relatório do Trigesimo Dia da Decretação (fls. 2633 a 2636);
 - Artigo 21, II da Lei nº 9.656/98, ante indícios de operações financeiras entre a ex-operadora e as sociedades empresárias Floricultura Contamed e Hospitais Reunidos, que eram geridas por sócios-administradores da ADMÉDICO, conforme indicado no Relatório do Trigesimo Dia da Decretação (fls. 2633 a 2636);
 - Resoluções Normativas – RN nº 159 e 160/07 (o que atualmente se encontra na RN nº 362/15), tendo em vista que a ADMÉDICO não possuía Ativos Garantidores e Patrimônio Mínimo Líquido em montante suficiente;

- Artigos 8º e seguintes da Resolução Normativa – RN nº 316/2012, em virtude de não apresentação de Plano de Saneamento com consistência e efetividade;
- Artigo 168, caput e §1º da Lei 11.101/2005, uma vez que a escrituração contábil era precária e inconsistente, além de a ex-operadora ter promovida alteração societária para fazer aporte de capital e não ter integralizado de fato, nos termos do Relatório Complementar ao Relatório Conclusivo do Liquidante (fls. 2734 a 2736 e 3015);
- Artigo 173, da lei 11.101/2005, em razão do não aporte de capitais e não transferência dos imóveis que foram ditos integralizados conforme a 11ª Alteração Contratual da ex-operadora, como informado no Relatório Complementar ao Relatório Conclusivo do Liquidante (fls. 2734 a 2736 e 3015);
- Artigo 178, da Lei nº 11.101/2005, uma vez que não foram encontrados os documentos e livros contábeis obrigatórios, especialmente os referentes ao exercício de 2013 e de janeiro a março de 2014, conforme consignado no Relatório Preliminar (Primeiro) do Liquidante (fls. 2667 a 2670) e no Ofício nº Admedliq 064/2014 (fls. 2836 a 2839); e
- Artigos 1º, I e II e 2º, I da Lei n.º 8.137/90, pois conforme informado no Ofício nº Admedliq 064/2014 (fls. 2836 a 2839), houve indícios de crimes contra a ordem tributária em função da ausência de documentos contábeis obrigatórios, bem como a declaração falsa acerca da integralização de bens na ex-operadora.

d) Que devem ser responsabilizados pela administração da ex-operadora, nos últimos 5 (cinco) anos anteriores à decretação da Liquidação Extrajudicial os senhores:

NOME	Função
CASSIA HORTA VASCONCELOS CPF: 924.799.366	Sócia-administradora
CLARISSA HORTA VIEIRA CPF: 507.838.586-04	Sócia-administradora
LUCÍLIO OSCAR DIAS VIEIRA CPF: 001.286.946-53	Sócio-administrador
JOSÉ HENRIQUE RIBEIRO DE MELLO CPF: 256.186.956-34	Administrador de Fato

Por fim, fazemos as seguintes proposições:


- 1) Encaminhar cópia dos Relatórios Econômico-Financeiro e Conclusivo para o Ministério Público de Minas Gerais em Belo

Horizonte, para que possa tomar as medidas que porventura entender cabíveis;

- 2) Encaminhar este inquérito administrativo para a 2ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, onde tramita a ação de falência sob o número 0509164-95.2015.8.13.0024;
- 3) Encaminhar este relatório para apreciação e aprovação do Coordenador da COINQ e do Secretário-Geral e, posteriormente, para apreciação da Diretoria Colegiada da ANS;

Rio de Janeiro, 1º de julho de 2016.

Encaminho os autos para o Coordenador da COINQ.


DANIEL REIS MARINS DE CARVALHO
Técnico de Complexidade Intelectual – Direito

De acordo. Encaminho os autos para o Secretário Geral em 04/07/2016.


CARLOS GUSTAVO LOPES DA SILVA
Coordenador – COINQ

De acordo. Encaminho os autos para apreciação da Diretoria Colegiada em ____/____/2016.


SURIÊTTE APOLINÁRIO DOS SANTOS
Secretário-Geral

